

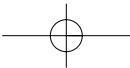
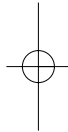
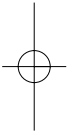
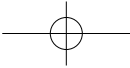


Qualidade de vida, Consumo e Trabalho



Ministério
da Educação





Apresentação

Ao longo de sua história, o Brasil tem enfrentado o problema da exclusão social que gerou grande impacto nos sistemas educacionais. Hoje, milhões de brasileiros ainda não se beneficiam do ingresso e da permanência na escola, ou seja, não têm acesso a um sistema de educação que os acolha.

Educação de qualidade é um direito de todos os cidadãos e dever do Estado; garantir o exercício desse direito é um desafio que impõe decisões inovadoras.

Para enfrentar esse desafio, o Ministério da Educação criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad, cuja tarefa é criar as estruturas necessárias para formular, implementar, fomentar e avaliar as políticas públicas voltadas para os grupos tradicionalmente excluídos de seus direitos, como as pessoas com 15 anos ou mais que não completaram o Ensino Fundamental.

Efetivar o direito à educação dos jovens e dos adultos ultrapassa a ampliação da oferta de vagas nos sistemas públicos de ensino. É necessário que o ensino seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular: que ele prime pela qualidade, valorizando e respeitando as experiências e os conhecimentos dos alunos.

Com esse intuito, a Secad apresenta os *Cadernos de EJA: materiais pedagógicos para o 1.º e o 2.º segmentos do ensino fundamental de jovens e adultos*. “Trabalho” será o tema da abordagem dos cadernos, pela importância que tem no cotidiano dos alunos.

A coleção é composta de 27 cadernos: 13 para o aluno, 13 para o professor e um com a concepção metodológica e pedagógica do material. O caderno do aluno é uma coletânea de textos de diferentes gêneros e diversas fontes; o do professor é um catálogo de atividades, com sugestões para o trabalho com esses textos.

A Secad não espera que este material seja o único utilizado nas salas de aula. Ao contrário, com ele busca ampliar o rol do que pode ser selecionado pelo educador, incentivando a articulação e a integração das diversas áreas do conhecimento.

Bom trabalho!

Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC

Sumário

TEXTO

1. Além do preço e da marca	6
2. Transgênicos	8
3. Pirata musical com cara de mau	11
4. Fast-food aquece o globo	12
5. Mesa Brasil não tem desperdício	14
6. Código de defesa do consumidor	18
7. Os altos lucros dos maus hábitos	19
8. A corrente branca	20
9. Consumerism	25
10. Tabaco y economia personal	26
11. Consumidor consciente	28
12. Um desenho	31





13. Uma visão do futuro	32
14. Saco sem fundo	35
15. A pirataria ataca	36
16. Respeito pela (tenra) idade	38
17. Uísque	42
18. Feito em casa	44
19. Cow parade	49
20. Olhos grandes	50
21. O mundo do trabalho: contexto e sentido	51
22. Do povo para o povo	58
23. A gigante se acomoda às leis	62

ALÉM DO PREÇO E DA MARCA

*Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
lança guia em que defende o “consumo responsável” e
prega o boicote à empresa que prejudica meio ambiente
e não respeita direitos humanos e trabalhistas*

N a hora de pegar este ou aquele produto na gôndola do supermercado, o que pesa em sua decisão? Preço mais baixo, melhor qualidade, tradição da marca, preferência familiar? Em geral, são esses os fatores que costumam ser levados em conta no instante da compra. Mas há um fenômeno novo que desafia esse padrão: são os consumidores preocupados com o comportamento da empresa que produziu determinado produto.

Já não são poucos os que fazem suas escolhas se perguntando se aquela companhia respeitou direitos humanos e trabalhistas; se sua cadeia de produção segue normas de preservação ambiental e boas práticas empresariais. Se é ética quando faz publicidade. Ou até se está comprometida com a geração de empregos.

Essa mudança nos padrões de consumo, que ganhou força na segunda metade do século 20, quando os consumidores passaram a se organizar em grupos independentes para defender seus direitos, já gerou efeitos nas empresas. Não são poucas

as que adotaram um ideal conhecido como “responsabilidade social”, que fundamenta práticas cujo fim não é apenas o lucro.

Empresas conscientes

“O consumidor mais atento e informado já percebe as relações de seu nível de consumo e os efeitos disso no plano social, econômico e ambiental. Isso torna as empresas mais conscientes e preocupadas com os valores que ela propaga com seus produtos e marketing”, afirma Marilena Lazzarini, coordenadora institucional do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), com 17 anos de trabalho e militância na área.

Foi pensando em estimular esse “consumo engajado” que o Idec acaba de lançar o *Guia de Responsabilidade Social para o Consumidor*, um livreto de 22 páginas com um painel sobre o movimento mundial de consumidores e sua articulação do Brasil.

Extraído do site Repórter Brasil: www.reporterbrasil.org.br

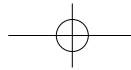


Luludi / AE

O consumidor mais atento já percebe as relações de seu nível de consumo e os efeitos no ambiente e na sociedade.

Como exercer o “consumo responsável”

- 1 Refletir sobre seus hábitos de consumo, reduzir quando possível, não desperdiçar e dar destinação correta ao resíduo ou ao produto pós-consumo;
- 2 Escolher marcas de empresas reconhecidas por suas práticas responsáveis e éticas;
- 3 Obter informações, por meio da mídia e das associações sociais, sobre os impactos sociais e ambientais da produção, do consumo e do pós-consumo de produtos e serviços;
- 4 Entrar em contato com o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) das empresas por telefone ou por escrito, para questionar sobre os impactos e pressionar pela adoção de práticas sustentáveis de produção e pós-consumo;
- 5 Procurar saber se a empresa tem um balanço social e solicitar informações a respeito;
- 6 Boicotar marcas de empresas envolvidas em casos de desrespeito à legislação trabalhista, ambiental e de consumo. Por exemplo, consulte a lista de reclamações fundamentadas do Procon, a fim de saber como determinada empresa se comporta em relação ao consumidor;
- 7 Participar de apoio associações de consumidores;
- 8 Denunciar práticas contra o meio ambiente, contra as relações de consumo e de exploração do trabalho infantil às autoridades competentes.



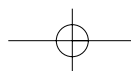
TEXT0 2

Transgênicos

TRANSGÊNICOS



A sociedade civil ainda não foi esclarecida sobre o problema



A polêmica em torno dos organismos geneticamente modificados (OGMs), popularmente conhecidos como transgênicos, já fez história. Começou nos anos 1990, quando ocorreram as primeiras colheitas de grãos alterados geneticamente. O movimento de resistência surgiu em torno da Campanha por Segurança Alimentar e agregou diversas organizações

não-governamentais. Desde então, o número de entidades envolvidas e as ações empreendidas se ampliaram. No Brasil, a mobilização civil começou com a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos, que publicou cartilhas impressas e boletins eletrônicos, promoveu eventos e manifestações públicas, e divulgou resultados de testes realizados em alimentos.



O plantio e a comercialização de soja transgênica já são permitidos no país, mas ainda geram polêmicas.

Pressão multinacional

A encrenca começou em outubro de 1998, quando foi liberado o primeiro plantio de soja geneticamente modificada no país produzido pela multinacional Monsanto, uma das maiores empresas de biotecnologia do mundo. A liberação ocorreu depois que produtores do Rio Grande do Sul usaram sementes de países fronteiriços, como a Argentina, onde esse tipo de cultivo já era permitido, e pressionaram o governo para que sua safra pudesse ser comercializa-

da. A autorização saiu, por medidas provisórias, para as safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006. A liberação definitiva, no entanto, veio acompanhada de algumas condições, entre elas a necessidade de o agricultor assinar uma declaração reconhecendo o uso de OGMs e comprometendo-se a não usar os grãos gerados em uma próxima safra. Em relação à soja, é nesse pé que as coisas se encontram em 2006, após a aprovação e a regulamentação da Lei de Biossegurança.

Texto 2 / Transgênicos

Cesta contendo os produtos cujo teste do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) acusou a presença de soja transgênica na composição dos alimentos vendidos nos supermercados do Brasil.



Foto: Monalisa Lins / AE

O algodão Bollyard Evento 531, também da Monsanto, é outro capítulo. Seu cultivo foi liberado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), também com algumas exigências. Uma delas: 20% de algodão convencional deve ser cultivado em áreas cercadas e isoladas para evitar contaminação.

Níveis de tolerância

Desde 2003, vigora no Brasil o Decreto-Lei nº. 4.680, que exige a informação, no rótulo, de alimentos e ingredientes que contenham mais de 1% de componentes transgênicos. Anteriormente era a partir de 4%. Para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), entretanto, a alteração ainda não é satisfatória e tem duas reclamações nessa área. A primeira é que muitos alimentos contêm menos de 1% de ingredientes geneticamente modificados – e o consumidor ignora a informação. A outra é

que produtos como bolachas, bolos, massas, chocolates, óleos, margarinas e seus derivados, que sofrem processamento térmico mais agressivo, têm suas proteínas destruídas, o que impede a detecção de organismos geneticamente modificados.

“Nos supermercados não há produtos que tragam o símbolo indicando a existência de OGMs, não porque eles não existam, mas porque a informação desaparece quando entra em fabricação, e não existe fiscalização”, afirma Gabriela Vuolo, coordenadora da área de consumidores da campanha de transgênicos do Greenpeace. Na União Européia, desde 2004 o limite para não rotular um produto como geneticamente modificado é 0,9%. Na Suíça, 0,1%. Na Rússia e no Japão, 5%.

Trechos da matéria “Quanto custa o rótulo”, revista Desafios do Desenvolvimento.

PIRATA MUSICAL COM CARA DE MAU

Andréa Wolffenbüttel



O Relatório da Pirataria Comercial de 2005, da Federação Internacional da Indústria Fonográfica, alerta que, a cada três discos musicais vendidos no mundo, um é pirata. No mercado brasileiro, essa proporção é muito maior: o comércio pirata supera ligeiramente o de discos vendidos dentro da lei. As ações de combate à pirataria musical têm surtido efeito e as vendas ilegais, no mundo todo, cresceram apenas 2% em 2004, o menor nível em cinco anos. Entretanto, há dez países onde se considera urgente aumentar a repressão à pirataria e o Brasil é um deles. As atenções se voltaram para cá porque as vendas totais de DVD musicais aumentaram 100% em 2004, o que levou o país a ser o 7º maior mercado no mundo de DVD musical – um mercado atraente para quem tem ou não cara de mau.

No Brasil, o mercado ilegal já supera o que paga imposto

Os efeitos no setor musical

Comparação 1997 a 2005

-  **50%** a menos de postos de trabalho direto
-  **50%** a menos de artistas contratados
-  **3.500** pontos de vendas foram fechados
-  **44%** a menos de produtos nacionais deixaram de ser lançados
-  **R\$ 500 milhões** anuais é o que o governo deixa de arrecadar em impostos (considerados ICMS, PIS e Cofins)
-  **80 mil empregos** deixaram de existir no setor (gravadoras, fabricantes, comércio varejista, etc)

Fonte: Federação Internacional da Indústria Fonográfica

Revista Desafios do Desenvolvimento, edição 16 – 1/11/2005

FAST-FOOD AQUECE O GLOBO

Vinte por cento do combustível fóssil do planeta é queimado pela indústria de alimentos

Se, como diz o ditado, “somos o que comemos”, um estudo feito nos Estados Unidos comprova que nossos hábitos alimentares têm relação direta também com a “saúde” do planeta. De acordo com a pesquisa, adotar uma dieta vegetariana é uma forma simples de consumir sem agredir o meio ambiente, enquanto hábitos alimentares com predominância de comida industrializada e rica em proteína animal contribuem diretamente para um dos problemas ambientais que mais ameaçam o mundo: o aquecimento global.

A pesquisa mostra que a produção, a estocagem e a conservação de alimentos enlatados, embutidos e de fast-food – todos com processamento industrial – é responsável por cerca de 20% da queima de combustíveis fósseis (derivados do petróleo) nos EUA. Assim, a dieta típica dos norte-americanos emite gases de efeito estufa em quantidade equivalente a um

terço da emissão de todos os carros, motos e caminhões do país. Os transportes são apontados como os principais causadores do superaquecimento do planeta.

Dieta agressiva

Os autores do estudo comparam as diferenças entre uma dieta vegetariana e outra composta por produtos industrializados – em relação à poluição gerada na sua produção – às mesmas existentes entre um carro de passeio e um jipe utilitário. Eles alertam que a capacidade de destruição do meio ambiente de uma dieta como a dos norte-americanos é tão grande quanto a do setor dos transportes. Mas ressaltam que pequenas mudanças nos hábitos alimentares das pessoas podem ter um impacto positivo muito grande. “Se cada pessoa que come dois hambúrgueres por semana cortasse essa quantidade pela metade, a diferença já seria substancial”, disse um dos autores do estudo.



As conclusões do estudo incluem a classificação de alguns tipos de dieta conforme a quantidade de gases de efeito estufa emitidos em todas as etapas da produção. Os resultados são algumas vezes surpreendentes: em primeiro lugar, como a que menos impactos traz para o equilíbrio climático da Terra, ficou a alimentação vegetariana (inclui ovos e derivados de leite), especialmente a composta de alimentos orgânicos. Em seguida, vem a dieta com base em carne de aves. Em terceiro lugar, vem a alimentação industrializada típica dos norte-americanos. Empatados na última colocação, ficaram a carne de peixe e a carne vermelha. A colocação dos peixes em

último na lista é explicada pelo fato de que, em geral, a pesca e o congelamento de algumas espécies envolvem muita utilização de combustíveis derivados de petróleo.

Dessa forma, o consumidor consciente, por meio de sua escolha alimentar, pode contribuir para não aprofundar o problema de aquecimento da Terra e mudanças climáticas decorrentes.

Extraído do site www.institutoakatu.org.br

MESA BRASIL NÃO TEM DESPERDÍCIO

O desperdício é combatido pelo Culinária Inteligente, um programa que une criatividade e economia na cozinha



Alimentação é um assunto muito mais importante do que simplesmente levar comida à boca. Começa com a escolha dos alimentos na hora da compra – os vegetais da safra, por exemplo, são sempre mais baratos e melhores do que os que estão na entressafra –, passa pelo jeito com que são transportados, guardados, manipulados, preparados e só termina na forma pela qual são ingeridos, tirando o máximo proveito de seu potencial nutritivo.

Assim, o ato de comer é o último passo de uma caminhada que começa muito distante da nossa cozinha. No Sesc, Serviço Social do Comércio, esse jeito de tratar os hábitos alimentares dos brasileiros tem o nome de Culinária Inteligente, um programa de alimentação que planeja a composição dos cardápios dos restaurantes e lanchonetes de suas unidades, ensina a preparar os alimentos e orienta sobre como consumi-los de forma nutricionalmente adequada.

O combate ao desperdício é um dos principais temas tratados. É como descobrir um mundo novo, um outro olhar sobre os alimentos. Por exemplo: sabe aquele talo que costuma ir direto para o lixo? Ou o caroço da jaca ao qual ninguém repara? E a folha do brócolis? A casca da banana? Enfim, o destino final disso tudo pode deixar de ser o lixo para transformar-se em um cardápio com iguarias nunca imaginadas.

O não-desperdício foi a primeira etapa para a formação do conceito Culinária Inteligente, que nada mais é que levar em consideração todos os aspectos da alimentação: economia, higiene, capacidade nutricional, preparo, aproveitamento de tudo que os vegetais podem oferecer e, claro, muito sabor.

Mesa Brasil

A semente para o aproveitamento integral dos alimentos foi plantada há dez anos em função de um dos maiores flage-

los da realidade brasileira: a fome. Em 1994, o Sesc implantou um programa de combate à fome e ao desperdício de alimentos, uma das primeiras grandes iniciativas para mobilizar a sociedade, o Mesa São Paulo. A idéia era simples e eficiente: pegar o alimento onde sobra e entregá-lo onde falta.

Em 2003, a iniciativa foi lançada nacionalmente com o nome de Mesa Brasil Sesc, com o objetivo de contribuir para que parcelas carentes da comunidade tivessem acesso à alimentação por meio do combate ao desperdício. O programa conta com a parceria de empresas que doam alimentos, trabalhadores voluntários e instituições sociais que se dedicam ao atendimento de segmentos excluídos da comunidade.

A década de experiência aperfeiçoou o programa tornando-o ainda mais eficiente. Para combater o desperdício foi preciso, também, aprender a manusear os alimentos para não estragá-los, capacitar os funcionários para detectar o estado dos



Supermercado de Osasco, em São Paulo, doa alimentos para o programa Mesa Brasil, do Sesc.

produtos e as pessoas que os recebiam para armazená-los e manipulá-los da melhor maneira, estabelecer regras de preparo e higiene, enfim, garantir a segurança necessária ao consumo.

Os efeitos práticos dessas ações podem ser sentidos rapidamente no bolso. De acordo com o Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, é possível diminuir em até 30% os gastos com comida. Além de contribuirmos para a diminuição do lixo orgânico, que hoje representa 65% de todo os detritos produzidos no Brasil.

Os números da fome no país

Os dados divulgados pelo Instituto Akatu atestam que o desperdício de comida no Brasil seria suficiente para alimentar 8 milhões de famílias. O Instituto Bra-

sileiro de Geografia e Estatística calcula que de 20% a 30% dos produtos comprados para abastecer uma família de classe média acabam no lixo. Isso significa jogar fora em torno de 500 g de alimentos por dia. Em vinte anos, essa perda equivale a 3.600

quilos, quantidade suficiente para fornecer 1 kg de alimento diário para uma criança de zero a 10 anos de idade, ou, ainda, oferecer três refeições diárias para os 7 mil habitantes de uma cidade durante um dia.

Texto 5 / Hábitos alimentares



Evitar o desperdício não é só preparar refeições na quantidade certa ou não jogar comida fora. Muitas frutas, legumes e verduras podem ser melhor aproveitados do que se imagina e, mais importante ainda, resultar em pratos deliciosos. Quem disse que a casca de

banana não serve para nada? E que o talo da couve é inútil? Experimentando aqui, mudando alguma coisinha acolá, as culinharistas e nutricionistas do Sesc São Paulo criaram receitas saborosas que aproveitam integralmente os alimentos. À mesa!

Dicas de consumo valiosas

No supermercado

- ▶ Elabore uma lista com calma, assim você evita levar alimentos que não consumirá.
- ▶ Vá ao supermercado bem alimentado, para não comprar por impulso.
- ▶ Compare os preços. Sempre.
- ▶ Observe o prazo de validade dos produtos.
- ▶ Congelados e resfriados devem ser colocados por último no carrinho.
- ▶ Acúmulo de gelo sobre a embalagem indica que o produto foi descongelado e congelado novamente, o que o torna impróprio ao consumo.
- ▶ Frutas e legumes da estação são mais nutritivos e baratos.

Na panela

- ▶ O feijão pode ficar ainda mais saboroso se ficar de molho por 6 horas. A diges-

tão é melhor e aproveitam-se mais os seus nutrientes.

- ▶ Não use facas serrilhadas para cortar legumes, frutas e verduras, pois isso faz com que se percam mais nutrientes.

Na cozinha

- ▶ Não se deve deixar lixo próximo a alimentos, pratos e talheres. Isso vale também para aquela lixeirinha que fica em cima da pia.
- ▶ Todo alimento guardado na geladeira deve estar protegido. Assim ele não perde os nutrientes e não absorve o cheiro e as bactérias de produtos estragados.
- ▶ Alimentos já lavados não devem ser misturados aos que ainda não o foram.
- ▶ Não coloque em um mesmo compartimento alimentos preparados com os que ainda vão ser.

► O descongelamento de alimentos, se não for no forno de microondas, deve ser feito dentro da geladeira. O ideal é retirá-lo do congelador e deixá-lo na geladeira até o completo descongelamento.

► Após descongelado, o alimento deve ser preparado e consumido em seguida. Nunca o congele novamente cru. Só faça isso, se ele tiver sido cozido, frito ou assado.

Receitas de lamber os dedos

Bolinho de talos, folhas ou cascas

Ingredientes

- 1 xícara (chá) de talos, folhas ou cascas bem lavadas e picadas
- 2 ovos
- 5 colheres (sopa) de farinha de trigo
- 1/2 cebola picada
- 2 colheres (sopa) de água
- sal a gosto
- óleo para fritar

Modo de preparo

Bater bem os ovos e misturar os ingredientes restantes. Fritar os bolinhos às colheres em óleo quente. Escorrer em papel absorvente. Podem ser usados talos de acelga, couve, agrião, brócolis, couve-flor, folhas de cenoura, beterraba, nabo, rabanete ou cascas de chuchu. No caso dos talos de couve, couve-flor e brócolis, recomenda-se fervê-los antes do preparo. Você pode aproveitar a água desse cozimento para outros pratos, como arroz e sopa.

Bife de casca de banana

Ingredientes

- Cascas de 6 bananas maduras
- 3 dentes de alho
- 1 xícara de farinha de rosca
- 1 xícara de farinha de trigo
- 2 ovos
- sal a gosto

Modo de preparo

Lavar bem as bananas em água corrente. Cortar as pontas. Retirar as cascas na forma de bifes, sem parti-las. Amassar o alho e colocar numa vasilha junto com o sal. Colocar as cascas das bananas nesse tempero. Bater os ovos como para omelete. Passar as cascas das bananas na farinha de trigo, nos ovos batidos e, por último, na farinha de rosca, sempre nessa ordem. Fritar as cascas em óleo bem quente, deixando dourar dos dois lados. Servir quente.

Extraído da revista do Sesc nº 83
www.sescsp.org.br/sesc/revistas

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Conjunto básico das regras que protegem o cidadão contra os maus fornecedores

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

- I** a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;
- II** a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;
- III** a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;
- IV** a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;
- V** a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;
- VI** a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;
- VII** o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;
- VIII** a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;
- IX** (Vetado);
- X** a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

OS ALTOS LUCROS DOS MAUS HÁBITOS

Culpamos os pacientes pelos maus hábitos, mas esquecemos que nada é casual

Paulo Bento Bandarra

A revista *Veja* de 17/6/2003 abordou a estatina, nova esperança no combate às doenças cardíacas por sua eficácia na queda do colesterol. Já é a droga mais vendida no mundo. Está também sendo usada contra diabetes, angina, osteoporose, inflamações, Alzheimer, câncer de mama e próstata. Sem entrar no mérito da estatina como arma terapêutica, certamente não é a solução para a má alimentação e a inversão de valores da sociedade de consumo. Vive-se para comer, não se come para viver melhor. A alimentação passou a ser um produto comercial, que foge de sua função natural. Seu consumo é estimulado a toda hora pela mídia para quem tem poder aquisitivo e, portanto, já está alimentado. Então, inventam-se guloseimas para um consumo

cada vez maior, para que o lucro se faça presente nos negócios de alimentação.

Bom para a indústria

A comida perde suas principais qualidades e funções para ser vendida por seus atrativos visuais, gustativos, táteis, para que se consuma mesmo sem necessitar. As gorduras utilizadas são de má qualidade, visando aumentar o lucro com produtos de preços mais baixos. Não são alimentos balanceados para uma alimentação saudável. Visam, principalmente, a quebra da resistência do consumidor, induzido à ingestão maior. E como a concorrência existe, a briga é para cada vez se comer mais.

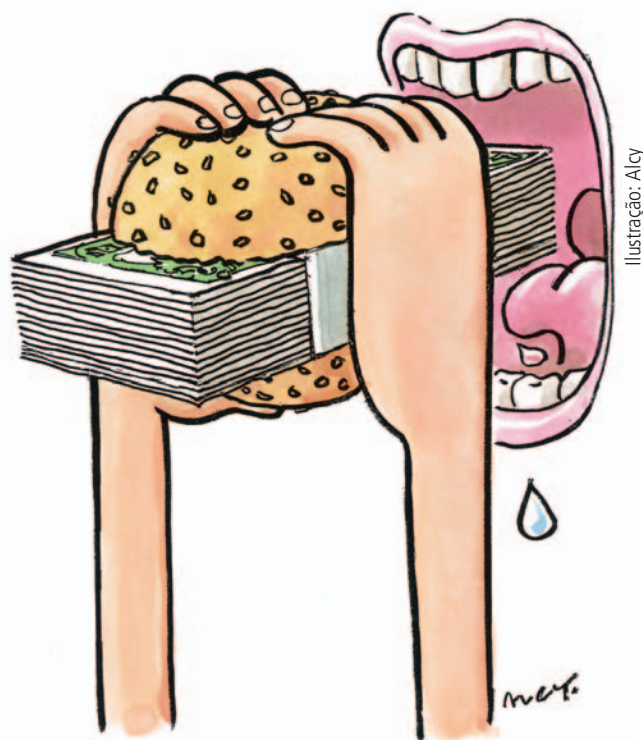


Ilustração: Alcy

Texto 7 / Alimentação e saúde

Crianças obesas sendo atendidas no Instituto Novere, na Vila Mariana, em São Paulo, que realiza um programa para redução de ingestão de alimentos e com exercícios para crianças carentes obesas.



Foto: Filipe Araújo / AE

Os resultados já são considerados alarmantes, com epidemias de obesidade, hipertensão, cardiopatia e diabetes – excesso de alimentação de alguns, fome de outros, que não participam da festa por falta de poder aquisitivo.

A solução desses problemas pela via medicamentosa, como adverte a reportagem da *Veja*, é a pior possível. É tentar remediar um mal com outro. Não serão os medicamentos que solucionarão os problemas advindos do tabagismo, do alcoolismo, do excesso de comida. Aumentar gastos com exames, medicamentos de prevenção e recuperação, tratamentos crônicos, hospitalizações e cirurgias corretivas é a pior saída para uma questão simples, de causa totalmente conhecida, mas de difícil enfrentamento, pois as indústrias apostam todas as suas fichas nesse estado de coisas, e a mídia participa desse mercado de encantamento lucrando sua parcela na promoção

da venda. Associa-se ao problema a indústria de alimentos de baixa caloria, para que se coma maior volume com menor efeito no ganho de peso, criando ao mesmo tempo dependência do hábito de comer demais.

É uma atitude tola medicar os maus hábitos, pois se desperdiçam recursos que poderiam ser aplicados em áreas mais úteis. O *New York Times* de 13 de julho anunciou a necessidade de se prescreverem estatinas para níveis mais baixos de colesterol! (ou seja, aumentar as vendas). Tratar pessoas para que possam manter a ingestão excessiva é uma distorção absurda. Passar a vida comendo para dar lucro à indústria de alimentos insalubres, para depois acabar a vida tomando remédios só é bom para a indústria. Inclusive a midiática.

Publicado no Observatório da Imprensa

A CORRENTE BRANCA

O leite é muito mais do que o produto de fêmeas mamíferas

Ao tomar um copo de leite, a gente dá pouca atenção ao significado dessa ação. O gostoso líquido foi produzido, embalado, transportado e vendido até chegar ao copo para ser consumido. Aliás, o copo também foi produzido, embalado, transportado e vendido, envolvendo um grande número de trabalhadores de diversas esferas da produção, distribuição e comercialização, esferas que, por sua vez, consumiram quantidades de energia e matéria-prima.

Como então esse leite chegou até o momento de poder ser consumido? Nas cidades, provavelmente alguém foi até a padaria comprar um litro de leite. Seguramente pediu a um balconista aquilo que precisava. O balconista teve como primeira tarefa do seu dia de trabalho guardar o lote de leite, que chegou de madrugada, na geladeira, para que não estragasse. Ele é um trabalha-

dor, funcionário do dono do estabelecimento. Pode ser um empregado com registro na Carteira de Trabalho conforme manda a lei, ou fazer parte do contingente de trabalhadores que vivem relações de trabalho consideradas precárias.

No momento da compra do produto, foi necessário escolher entre marcas, tipos e embalagens de leite com preços diferenciados, assim como tomar algumas precauções: olhar a data de validade do leite, como estava armazenado (com boas condições de refrigeração), se a embalagem estava intacta etc. Foi preciso conferir o troco e guardar o comprovante da operação de compra e venda do produto, pois, com ele, o consumidor, caso lesado, pode recorrer ao serviço de atendimento ao consumidor da empresa fornecedora do leite, às associações de defesa de consumidores civis e governamentais.

Texto 8 / Hábitos alimentares

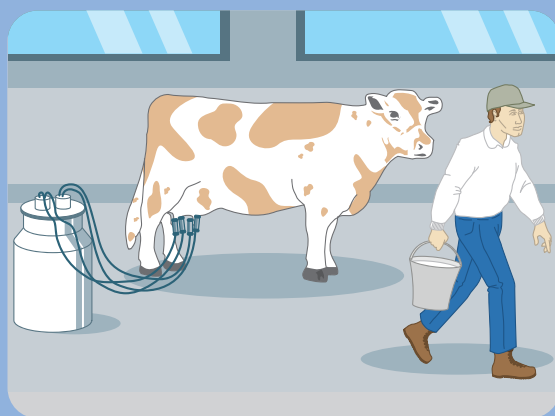
No preço pago pelo produto, há também impostos embutidos, que geram numerário para que o governo forneça serviços, contrate obras e fiscalize, por meio de uma série de órgãos da administração pública, a produção, a distribuição e a comercialização, por exemplo, daquele leite, para garantir suas condições de higiene e qualidade, assim como verificar o cumprimento das leis que regulam as relações de trabalho e consumo. Essas leis, conquistadas ao longo da história pelos cidadãos organizados, partem do reconhecimento da desigualdade de forças existente nas relações de trabalho e consumo e visam proteger os cidadãos contra abusos e discriminações.

A renda auferida pelo proprietário da padaria na venda do leite e de outros produtos pode ser depositada ou aplicada num banco. O banco, parte do sistema financei-

ro, reúne uma variedade de trabalhadores com diferentes qualificações, remunerações e direitos, sindicatos e associações profissionais. Enquanto o depositante mantém seu dinheiro no banco, a instituição financeira o utiliza, juntamente com o depósito de milhares de outros clientes, em operações financeiras e de crédito, sujeitas a taxas de juros cobradas de outras pessoas, empresas ou organizações que solicitam dinheiro para financiar sua produção, seus projetos e até as suas dívidas.

É, parece que um copo de leite “esconde” muito leite mesmo!

Para esse leite poder ser consumido, precisou ser transportado do laticínio até a padaria. Uma série de trabalhadores, os motoristas, proprietários de seus caminhões ou funcionários de empresas transportadoras, sujeitos a determinadas condições de salário e trabalho com seus direi-

A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE**1 Produção****2 O transporte**

tos e sindicatos, fazem esse serviço pela madrugada afora. Para transportar o leite são necessários caminhões com refrigeração, projetados e produzidos em grandes fábricas nacionais ou multinacionais que consomem energia e matéria-prima e que, novamente, empregam um grande número de trabalhadores com diferentes especializações, sujeitos a diferentes formas de organização do trabalho, salários e direitos, possivelmente também organizados em seus sindicatos ou associações profissionais. Esses caminhões foram, por sua vez, vendidos por concessionárias que, também, reúnem trabalhadores do comércio, com sua respectiva organização.

O laticínio, formado no Brasil inicialmente por cooperativas e com a presença, atualmente, de empresas multinacionais no setor, é a indústria do produto. É aí que o leite será pasteurizado, homogeneizado e

embalado. Máquinas e outros instrumentos são necessários para a realização do processo, produzidos, também, por fábricas, com o trabalho dos engenheiros, projetistas e operários. A indústria do leite desenvolveu, além dos leites tipos A, B, C (diferenciados pelo seu teor de gordura entre outros aspectos), outros tipos de leite: o leite longa vida, o leite condensado, o leite em pó, o leite desnatado, assim como uma série de produtos lácteos, como bebidas com gosto de frutas, os mais variados iogurtes (tradicionais, com polpas de frutas, diets e lights), atingindo, dessa forma, públicos diferenciados por idade e poder aquisitivo.

Uma parte da produção do leite não chega ao consumidor diretamente. Pães, bolos da indústria de panificação e outros produtos o utilizam como ingrediente. Para que a população compre (e não só uma vez,



3 O processamento



4 A distribuição

Texto 8 / Hábitos alimentares

mas, se possível, sempre) um novo produto lácteo desenvolvido pela indústria do laticínio, é necessário que ela tome conhecimento da existência da mercadoria e sinta a necessidade de consumi-la. A propaganda, nas sociedades modernas, utilizando os meios de comunicação de massa, tem o papel de informar e “convencer” a pessoa de que ela “deve” comprar determinadas marcas e produtos. Este é outro setor que emprega o trabalho de uma série de profissionais que se dedicam ao estudo do perfil dos possíveis consumidores do produto, para encontrar os caminhos de seu sucesso de vendas.

Mas para que o laticínio possa dar início a todo esse processo é necessária a matéria-prima: o leite. Para tanto, ainda é necessária a propriedade da terra (grandes propriedades, pequenas propriedades cooperadas etc.), a plantação e manutenção do pasto, o cuidado dos animais, a cargo de trabalhadores, sujeitos

a diferentes relações de trabalho, para que se produza esse importante e complexo líquido.

Portanto, para que tudo isso possa aparecer nas prateleiras, trabalhadores com habilidades e conhecimentos diferenciados e adequados produzem e controlam a produção. Todos eles trabalham para obter remuneração que lhes permita comprar o leite e outros produtos que consideram necessários para si e para os seus.

Pelo que se viu, o leite é muito mais que um “líquido branco, opaco, segregado pelas glândulas mamárias das fêmeas dos animais mamíferos” (...)

Trecho extraído dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Caderno Trabalho e Consumo – MEC.



5 O varejo



6 O consumo final

CONSUMERISM

Mike Baldwin



TABACO

Y ECONOMÍA PERSONAL

Feliciano Robles Blanco

Hola amigas y amigos: Este aporte va especialmente dedicado a aquellas personas que por causas familiares o profesionales estéis en contacto con jóvenes adolescentes que se estén iniciando en el consumo de tabaco o ya sean fumadores habituales, porque quizás sea un argumento que les incite a no fumar en el futuro o dejar de fumar si ya son fumadores habituales.

Yo nunca he fumado precisamente porque un día un profesor que yo tuve de matemáticas me hizo el razonamiento que voy a exponerles. Así se lo he contado muchas veces a mis alumnos y a mis hijos y algunos me han hecho caso y no han fumado para preservar su economía personal.

El razonamiento es el siguiente:

Actualmente una cajetilla de tabaco vale 2,60 euros y un fumador habitual consume más o menos una cajetilla diaria, así que si decide no fumar dispone de 2,60 euros diarios para gastarlo en otras cosas que le plazca más que fumar.

Si es un poco ahorrativo y no fuma al cabo de una semana dispondrá de un ahorro de 18,20 euros para gastar en algunas cosas de cierto valor.

Si en vez de gastarlo en una semana decide guardarlo un mes, podrá disponer de un ahorro de 72,80 euros, que ya le permitirá gastarlo en algo significativo.

Pero si decide seguir ahorrando durante un año, ya juntará un montante de 873,60 euros con lo que podrá darse algún gusto interesante e inolvidable.

La economía personal

(en valores aproximados)



Pero si tiene la fuerza de voluntad de seguir ahorrando y lo guarda durante 10 años, ya tendrá un montante de 8.736 euros que si lo ha tenido en un banco fijo con el capital ahorrado y los intereses generados ya se podrá comprar un coche nuevo.

Por lo cual si la vida de un coche aproximadamente es de diez años, significa que con el ahorro que tiene por no fumar cada diez que vaya viviendo podrá ir comprando un coche nuevo a expensas del ahorro generado por no ser fumador.

Este cálculo es fácil de comprender y realizar por cualquier adolescente y a veces este razonamiento les resulta más convincente.



GLOSARIO

Ahorrar. economizar, poupar

Ahorrativo. econômico

Aporte. contribuição

Cajetilla. maço de cigarro

Coche. carro

Dejar. deixar

Fumador. fumante

Hijos. filhos

Hizo. fez (passado do verbo *hacer*)

Inolvidable. inesquecível

Intereses. juros

Quizás. talvez

Razonamiento. raciocínio

Tabaco. fumo, cigarro

CONSUMIDOR CONSCIENTE

*Cordel
bem-humorado
fala sobre
direitos civis*

Domingos Alves E. Neto – Cabo BM



Recebi uma tarefa
Que faço com amor
Falar sobre o direito
De todo consumidor
Seja pobre, seja rico
Não pague “mico”
Aprenda a dar valor

O direito é amplo
Garante a Constituição
De quem compra à vista
Ou mesmo a prestação
Produto com garantia
Pro uso ter serventia
É dever e obrigação

Por isso vamos falar
Nesse livrinho rimado
Os passos que devemos
Dia-a-dia com cuidado
Seguir para comprar
Pra melhor utilizar
Nosso dinheiro suado

Primeiro fique sabendo
Quem é o consumidor
É aquele que compra
E utiliza do credor
Bens e outros produtos
Pagando os tributos
Dentro do real valor

E quem é o fornecedor?
Respondo com certeza
Aquele que te vende
E passa com clareza
Todas as informações
As normas e instruções
Sem usar de “esperteza”
A relação de consumo
Explico sem temor
É aquele que ocorre
Entre o consumidor
Que compra seus bens
Em lojas ou armazéns
E o seu fornecedor

Também nos serviços
Pagos e utilizados
Seja em órgãos públicos
Ou nos privatizados
Reforma ou pintura
Conserto ou costura
O que for “Acordado”

Ocorrendo problemas
Alterando a relação
Procure seus direitos
Exija retificação
Não havendo “acerto”
Ficando no: “prometo”
Faça a reclamação

Percebido o defeito
Sendo de fabricação
Trinta dias é o prazo
Para a sua correção
Não foi corrigido?
Pode ser exigido
A troca ou restituição

Também são trinta dias
Pra exercer o direito
Se produto não durável
Vier já com defeito
Se durável, aumenta
Neste caso, pra noventa
Da Lei tire proveito
Caso alguém envie
Sem a sua solicitação

Produto ou serviço
Será demonstração
Não pode ter cobrança
Mantenha na lembrança
Você não tem obrigação

Se for cartão de crédito
Não caia em tentação
Quebre, ligue, reclame
Não faça utilização
Porque se uso for feito
Ficará como aceito
Não terá outra opção

Compras por telefone
Ou reembolso postal
Vendas porta a porta
Não são de todo mal
Vindo a se arrepender
Sete dias pra devolver
De volta o valor total

O colégio não pode
Documentos reter
Se pai de aluno
Prestação dever
Deve sim, negociar
Só pode desligar
Ao ano letivo vencer

Outro caso abusivo
É oferta condicionada
Sendo muito conhecida

Como venda casada
“Empréstimo com seguro”
Saia de cima do muro
Denuncie a palhaçada
Se por algum motivo
Sua conta atrasar
Não seja enganado
Vou logo te avisar
A multa é dois por cento
Não aceite outro aumento

No direito você está
Tem outra coisa ainda,
Na hora da cobrança
O código não permite
Que passem insegurança
Ameaçar o consumidor
À humilhação o expor
Ou agir com ignorância

Ilustrações: Alcy



Texto 11 / Defesa do consumidor

Caso alguém lhe cobre
Um valor indevido
Você terá o direito
E dinheiro devolvido
Em dobro do valor
E pra dar mais sabor
Ainda vem corrigido

A propaganda deve ser
Totalmente correta
Não se pode induzir
A não ter mente aberta
A comprar gato por lebre
Nem farinha para febre
Pois a multa é certa
Na hora da entrega
A euforia é total
Saiba como agir
Com lógica racional
Confira a mercadoria
Peça termo de garantia
Exija a nota fiscal
Pois são os documentos
Em caso de reclamação
Verifique a embalagem
Se não tem violação
Se tiver algo errado
Estando tudo violado
Faça a devolução

Foram só algumas dicas
O Código é mais completo
Procure informações
Leia e fique esperto
Consumidor consciente
Cidadania presente
O canal está aberto

O Procon Assembléia
Está à disposição
Faça uma visita
Dê sua opinião
A casa é do povo
Vou dizer de novo
Me garanta satisfação

Existem outros órgãos
Ligados à defesa
De você consumidor
Digo com certeza
Procure pro seu bem
O DECON ou o IPEM
Aqui em Fortaleza

UM DESENHO

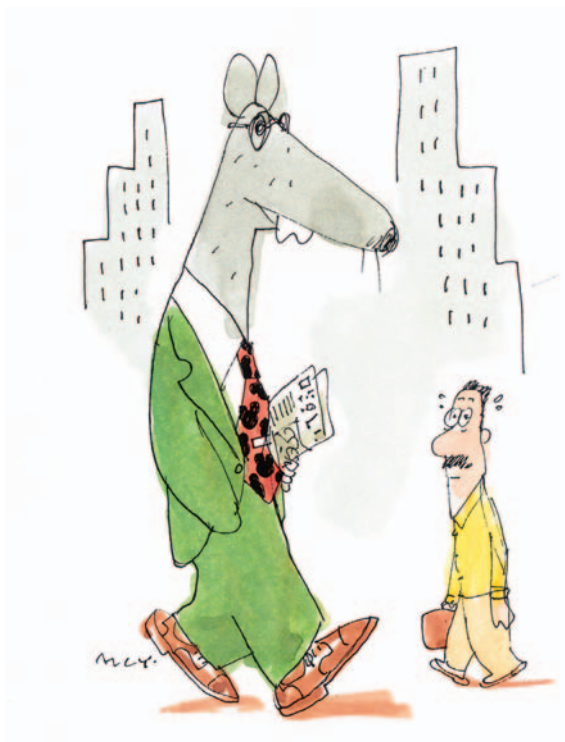
Guto Lacaz



Publicado na revista Caros Amigos

TEXTO 13

Transgênicos



UMA VISÃO DO FUTURO II

*Uma projeção bem humorada da
trajetória atual da humanidade*

Alberto Ororubá

Foto: AFP PHOTO



Experiência em laboratório testa nova técnica de reconstituição de tecidos.

Os alimentos geneticamente modificados (os transgênicos) foram substituídos pelos geneticamente constituídos. Quer dizer, nada mais é natural. E tem mais, é possível escolher o sabor entre 250 opções, para qualquer tipo de alimento.

Muitos alimentos já vêm com remédios embutidos contra a maioria das doenças. Vacina não existe mais. Antes da concepção, o pai da criança toma uma vacina múltipla, contra 1.600 tipos de enfermidades, e pronto!

Além dos alimentos *super-light*, sem calorias e sem sabor, chega uma novidade; o *ultra-light*. Este último, em forma de comprimidos, além de não alimentar, é ideal para quem quer perder peso. Funciona assim: a pessoa chega na farmácia e pede “Me dá um comprimido de 1 mês de exercícios!”. Isso é a mesma coisa que correr por 3 horas, 5 dias por semana, durante um mês. Tudo isso sem cansar e de efeito quase imediato. É incrível!

Um dos exemplos práticos da modificação genética dos alimentos foi a inclusão do gene do inhame nos grãos de arroz. Resultado, grãos de arroz com até 5 quilos cada. Um único pé de arroz dos pequenos produz agora 1 tonelada de alimento.

Os animais e insetos também foram modificados geneticamente, não pelo homem, mas pelos alimentos transgênicos. Também o foram os vírus e as bactérias, mas isso é outro assunto.

As pessoas podem escolher a aparência e sexo dos seus filhos antes do nascimento. Então é comum, em algumas cidades, encontrarmos centenas de pessoas iguais em homenagem a alguém famoso.

Sei de um caso em que a personalidade mais importante e admirada do lugar era um personagem de um desenho animado japonês chamada BarataMon. Assim se originou a primeira geração de baratas humanas. Tinham uma nítida vantagem sobre os de-

Texto 13 / Transgênicos

mais humanos; comiam de tudo e com isso não havia fome na comunidade. Mas, na cidade, os chinelos estavam proibidos.

A polícia local bem que tentou, mas nunca conseguiu deter o avanço do tráfico de drogas naquele lugar. Resultado: o índice de pessoas viciadas em detefon crescia a cada ano.

Alguns ratos geneticamente modificados, que foram treinados em laboratórios secretos de pesquisa para aprenderem a ler (a idéia era usar esses animais inteligentes em espionagem industrial e na guerra), finalmente se rebelaram e fugiram para as montanhas de lixo. Nasceu assim uma nova raça – a dos ratos falantes. Com o tempo, aprenderam a andar com duas pernas apenas e passaram a conviver normalmente com os humanos.

E, da união dos humanos com os ratos nasceu o RatoMon, uma mistura de homem com rato. Nas cidades onde eram maioria, não existiam gatos. Por algum motivo que não sabiam explicar direito, não os suportavam.

Um cientista muito famoso, estudioso da evolução das espécies, chamado Charles Ratwin, chegou à conclusão de que o homem, na verdade, descendia do rato. Disse isso baseado numa descoberta arqueológica fantástica.

Foi assim: na África central, um pesquisador, ao cair acidentalmente numa caverna, encontrou um fóssil de rato com 2 metros de

altura que segurava na mão uma mamadeira decorada com a fotografia de uma criança. Conclusão: O fóssil era de uma rata, que dera à luz uma criança humana e a estava alimentando quando aconteceu a catástrofe: um cometa recheado de Racumin colidiu com a Terra e exterminou 90% da população de ratos, até então os dominantes do planeta.

Daí a expressão de dúvida ainda muito comum hoje em dia: “Você é um homem ou um rato?”

O autor é desenhista e pensador e nas horas livres tenta escrever alguma coisa sobre o futuro do planeta. Sua fonte de inspiração são as pessoas e como elas vivem atualmente.

Extraído do sitededicadas.uol.com.br/conto_leitor12b.htm



GLOSSÁRIO

Transgênico. termo usado para designar alimentos que tiveram sua estrutura alterada por engenharia genética para ganhar características desejáveis.

Racumin. espécie de veneno para ratos.

Light. termo usado para designar alimentos com pouco valor calórico.

Detefon. espécie de veneno comercial multiuso.

SACO SEM FUNDO



O consumidor consciente sabe quanto pode gastar sem comprometer o seu orçamento.

Não foi isso que aconteceu em janeiro de 2006, quando o volume de cheques sem fundos cresceu quase 25%.

Comparando com o mês de janeiro de 2005, quando 15 cheques a cada mil foram devolvidos, o índice de 19 cheques devolvidos em janeiro de 2006 revela que o consumidor brasileiro está gastando mais do que pode pagar.

Esse alto índice reflete uma má administração das finanças pessoais. Muito disso é reflexo das compras de Natal, feitas na base do crediário, quando a dívida contruída no ano anterior precisa ser paga no início do ano seguinte. Isso engessa o orçamento e compromete o pagamento de outras despesas comuns nessa época do ano, como IPTU, IPVA e despesas escolares.

Antes de contrair dívidas, é recomendado ao consumidor avaliar os riscos de comprometer uma grande parte do orçamento com o pagamento de juros – no Brasil pratica-se uma das maiores taxas do mundo. Na medida do possível, deve-se comprar à vista.

Mas o consumidor não é o único “culpado” pela alta taxa de inadimplência. Os comerciantes que não fazem os procedimentos de análise de crédito para autorizar a compra também têm sua parcela de responsabilidade.

Extraído do site www.akatu.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1334&sid=10&tpl=view%5Ftipo4%2Ehtm



"Faixa de Gaza" (em referência à conflituosa região do Oriente Médio, onde se enfrentam judeus e palestinos) é como os cariocas chamam um determinado trecho da avenida Rio Branco – uma referência bem-humorada e um tanto mórbida – aos constantes enfrentamentos entre o comércio ambulante ilegal e a Guarda Municipal.

A PIRATARIA ATACA

No Rio, comércio ilegal transforma centro da cidade em zona de guerra

Pelo local, passam diariamente mais de 500 mil pessoas, potenciais consumidores dos produtos oferecidos. A área é o local de maior concentração de camelôs por metro quadrado do Rio. Ali, vendem-se livremente produtos pirateados como CDs, DVDs, relógios, camisas, cigarros, tênis e sapatos.

Segundo dados da Secretaria de Governo do município, cerca de mil camelôs ilegais atuam no centro da cidade e o número aumenta para até 1,3 mil pouco antes do Natal. Além desses, existe ainda o chamado comércio ambulante legal, autorizado pela prefeitura, formado por mais de dois mil camelôs cadastrados pela Secretaria de Governo. Eles são proibidos de vender mercadorias falsificadas ou contrabandeadas, mas, apesar da formalidade, é fácil achar produtos pirateados entre os

Foto: Daniela Conti / Ag. O Dia / AE



Pirataria de CD's na avenida Rio Branco, centro da cidade do Rio de Janeiro.

ambulantes legalizados. Os camelôs que vendem produtos piratas transformaram o centro do Rio num território demarcado, com uma estrutura parecida com a do tráfico de drogas. Eles são arredios e violentos. A maioria é jovem, entre 19 e 25 anos de idade, e reside na Baixada Fluminense. Cada ambulante tem o seu ponto de venda, que não pode ser ocupado por outro, sob pena de gerar uma guerra entre eles. Um dos camelôs diz ter plena consciência de que vende camisas pirateadas de marcas famosas, mas alega precisar da “camelotagem” para sobreviver. “Não tenho estudo (primeiro grau incompleto), e ninguém me dá emprego”, justifica.

Abordagem esportiva

As mercadorias pirateadas são vendidas abertamente, bem à frente dos olhos dos policiais militares que fazem a segurança do centro da cidade. Nesse comércio ilegal, é possível comprar desde um relógio

“Rolex” por R\$ 9,99 a uma camisa “Lacoste” por R\$ 15. Nas lonas montadas pelos ambulantes, também podem ser encontrados um pacote de quatro CDs de sucessos atuais por R\$ 10, DVDs de filmes por R\$ 5 e tênis da “Nike” por R\$ 25. A poucos quilômetros dali, no Maracanã, uma barraca instalada no principal portão de entrada do Estádio Mário Filho vende camisas de clubes de futebol, todas pirateadas. A camisa da seleção brasileira, a mais procurada pelos turistas que visitam o estádio, custa, em média, R\$ 40.

O comércio formal do centro da cidade é o mais prejudicado com ação dos camelôs, pois é obrigado a fechar suas lojas nos momentos de conflito com a polícia; a concorrência desleal dos produtos falsificados causa perdas ao setor de mais de 1 bilhão de reais por ano.

Extraído de www.radiobras.gov.br/especiais/Pirataria/pirataria_mat5.htm



RESPEITO PELA (TENRA) IDADE

Debate sobre publicidade dirigida a crianças constata que vulnerabilidade infantil parte da idéia de que o consumismo traz a felicidade. Vários países restringem esse tipo de anúncios, o que não ocorre no Brasil.



ESPECIALISTAS QUEREM QUE A PROPAGANDA INFANTIL SEJA REGULAMENTADA

Fernanda Sucupira

As crianças brasileiras estão entre as que mais assistem à televisão no mundo todo. Enquanto elas permanecem em média três horas e meia por dia diante da televisão, as alemãs não ficam mais do que uma hora e meia. Considerando que esse meio de comunicação chega a 98% dos lares brasileiros, pode-se ter idéia do papel da televisão na formação das crianças. A publicidade televisiva, por meio de comerciais e merchandising, as influencia no comportamento e no modo de pensar, resultando no crescente consumismo apresentado nos últimos tempos. Este foi o principal assunto discutido durante o I Fórum Internacional Criança e Consumo, no qual especialistas defenderam que a propaganda destinada a crianças seja regulamentada no Brasil, a exemplo de outros países.

Longa tramitação

Desde 2001, está em tramitação na Câmara dos Deputados, um projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Hauly

(PSDB-PR) que altera o Código de Defesa do Consumidor, proibindo a publicidade de produtos infantis. A Campanha “Quem financia baixaria é contra a cidadania”, organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara em parceria com organizações da sociedade civil, colocou essa questão como prioritária e realizou, em 2005, audiências públicas com o objetivo de construir coletivamente uma proposta, a partir do projeto de lei.

Regulamentação

Após amplo debate com a sociedade civil, a deputada federal Maria do Carmo Lara (PT-MG), relatora da proposta na Comissão de Defesa do Consumidor, conclui que a grande maioria é favorável à regulamentação desse tipo de propaganda e não à proibição total. O coordenador da campanha, o deputado federal Orlando Fantazzini (PSOL-SP) considera que a medida provocaria uma pressão imensa das empresas anunciantes e de marketing. Por isso, o grupo optou por, em vez de apresentar um projeto proibindo, dar o primeiro passo que é a regulamentação.



Texto 16 / Televisão

O substitutivo da deputada Maria do Carmo vai propor que toda propaganda direcionada a crianças e adolescentes só possa ser exibida após as 22 horas, quando supostamente pais ou responsáveis estão em casa e vão poder analisar se o brinquedo, vestuário ou alimento anunciado é indispensável ou não para a formação de seus filhos. A decisão dos produtos a serem consumidos ficariam, assim, a cargo deles e não das crianças, muito mais vulneráveis aos apelos da publicidade. Esse seria apenas o primeiro passo a caminho da proibição total.

O que acontece nos outros países

Diversas pesquisas mostram que nos primeiros anos de vida a criança não sabe sequer distinguir entre o que são os programas das emissoras de televisão e as propagandas. Só por volta dos doze anos ela tem capacidade de entender perfeitamente o objetivo comercial da publicidade, ou seja, que a intenção do anunciante é vender o seu produto. Por conta disso, em janeiro de 2005, a Suécia proibiu completamente a propaganda para crianças na TV, após realizar um plebiscito, com mais de 80% das pessoas favoráveis à medida.

Em diversos outros países já existe legislação rigorosa que regulamenta essa questão, impondo limites e horários para esses comerciais serem veiculados. A Inglaterra, por exemplo, determina que a publicidade deve ser dirigida aos pais e limita o preço do que pode ou não ser anunciado, impedindo a veiculação de propaganda de produtos considerados muito caros. Além disso, toda a publicidade infantil inglesa é examinada e classificada previamente.

Em alguns países, como na Alemanha, crianças não podem apresentar publicidade de produtos sobre os quais elas não teriam conhecimento ou que não seriam do natural interesse delas, como anúncios de instituições bancárias. Na Espanha, entre outros países, artistas ou personagens de TV, como de desenhos animados e apresen-

tadores de programas infantis, não podem participar de peças publicitárias por causa da influência que exercem sobre as crianças. O merchandising em programas infantis é vetado em diversos países e em outros essas atrações televisivas não podem ser interrompidos por anúncios publicitários.



Os números

98% dos lares
brasileiros têm
televisão



3h30

é o tempo que as
crianças brasileiras
ficam na frente
da televisão

Na Alemanha, esse
tempo é de 1h30

A propaganda
intensiva na televisão
voltada para o
público infantil
influencia a lista
de compras
da família.



Foto: Vidal Cavalcante / AE

Vulnerabilidade infantil

Segundo a psicanalista infantil Ana Olmos, a televisão e a publicidade em si não são prejudiciais à criança, os efeitos provocados por elas dependem, na verdade, do uso que se faz delas. “Por trás das propagandas existe a idéia de que se você comprar tal produto vai se completar, se incluir, fazer parte do grupo das pessoas felizes, ricas e bonitas”, analisa.

Em certos lugares, a regulamentação não se restringe à publicidade televisiva, mas atinge também as embalagens dos produtos – que na Suécia devem ser neutras – e incluem a proibição do estímulo ao consumo excessivo

de alimentos. É vetada a publicidade de produtos com brinquedos embutidos e figurinhas para colecionar, como fazem no Brasil alguns fabricantes de chocolates, cereais e lanches de redes de fast-food, o que praticamente força o consumo infantil. Os alimentos gordurosos ou doces consumidos em excesso podem levar a problemas nutricionais sérios como o sobrepeso e a obesidade, que vêm crescendo entre crianças e adolescentes brasileiros.

Fonte ► Agência Carta Maior
www.cartamaior.uol.com.br

UÍSQUE

Uma forma simples de complicar qualquer raciocínio

Eu tinha doze garrafas de uísque na minha adega e minha mulher me disse para despejar todas na pia, porque senão...

– Assim seja! Seja feita a vossa vontade, disse eu, humildemente. E comecei a desempenhar, com religiosa obediência, a minha ingrata tarefa.

Tirei a rolha da primeira garrafa e despejei o seu conteúdo na pia, com exceção de um copo, que bebi.

Extraí a rolha da segunda garrafa e procedi da mesma maneira, com exceção de um copo, que virei.

Arranquei a rolha da terceira garrafa e despejei o uísque na pia, com exceção de um copo, que empinei.

Puxei a pia da quarta rolha e despejei o copo na garrafa, que bebi.

Apanhei a quinta rolha da pia, despejei o copo no resto e bebi a garrafa, por exceção.

Agarrei o copo da sexta pia, puxei o uísque e bebi a garrafa, com exceção da rolha.

Tirei a rolha seguinte, despejei a pia dentro da garrafa, arrolhei o copo e bebi por exceção.

Quando esvaziei todas as garrafas, menos duas, que escondi atrás do banheiro, para lavar a boca amanhã cedo, resolvi conferir o serviço que tinha feito, de acordo com as ordens da minha mulher, a quem não gosto de contrariar, pelo mau gênio que tem.



Segurei então a casa com uma mão e com a outra contei direitinho as garrafas, rolhas, copos e pias, que eram exatamente trinta e nove. Quando a casa passou mais uma vez pela minha frente, aproveitei para recontar tudo e deu noventa e três, o que confere, já que todas as coisas no momento estão ao contrário.

Para maior segurança, vou conferir tudo mais uma vez, contando todas as pias, rolhas, banheiros, copos, casas e garrafas, menos aquelas duas que escondi e acho que não vão chegar até amanhã, porque estou com uma sede louca.



O brasão da Casa de Itararé

Apparício Torelli, Barão de Itararé, o Brando, (1895/1971), “campeão olímpico da paz”, “marechal-almirante e brigadeiro do ar condicionado”, “cantor lírico”, “andarilho da liberdade”, “cientista emérito”, “político inquieto”, “artista matemático, diplomata, poeta, pintor, romancista e bookmaker”, como se definia, era gaúcho e é um dos maiores humoristas de todos os tempos. Dele disse Jorge Amado: “Mais que um pseudônimo, o Barão de Itararé foi um personagem vivo e atuante, uma espécie de Dom Quixote nacional, malandro, generoso, e gozador, a lutar contra as mazelas e os malfeitos”.

Extraído do livro *Máximas e Mínimas do Barão de Itararé*, Editora Record – Rio de Janeiro, 1985, pág. 28 e seguintes, uma coletânea organizada por Afonso Félix de Sousa.

FEITO EM CASA

Foto: Jarbas de Oliveira /AE



Funcionário mostra mamona seca, na usina de beneficiamento de óleo da Fazenda Normal, no distrito de Uruque, em Quixeramobim, CE.

Os combustíveis renováveis podem gerar um novo país

Biodiesel é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis, que pode ser obtido por diferentes processos tais como o craqueamento, a esterificação ou pela transesterificação. Esta última, mais utilizada, consiste numa reação química de óleos vegetais ou de gorduras animais com o álcool comum (etanol) ou o metanol, estimulada por um catalisador. Desse processo também se extrai a glicerina, empregada para fabricação de sabonetes e diversos outros cosméticos. Há dezenas de espécies vegetais no Brasil das quais se pode produzir o biodiesel, tais como mamona, dendê (palma), girassol, babaçu, amendoim, pinhão manso e soja, entre outras.

Biodiesel: conceito e funções

O biodiesel substitui total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo em motores ciclo-diesel automotivos (de caminhões, tratores, camionetas, automóveis, etc.) ou estacioná-

rios (geradores de eletricidade, calor, etc.). Pode ser usado puro ou misturado ao diesel em diversas proporções. A mistura de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo é chamada de B2 e assim sucessivamente, até o biodiesel puro, denominado B100.

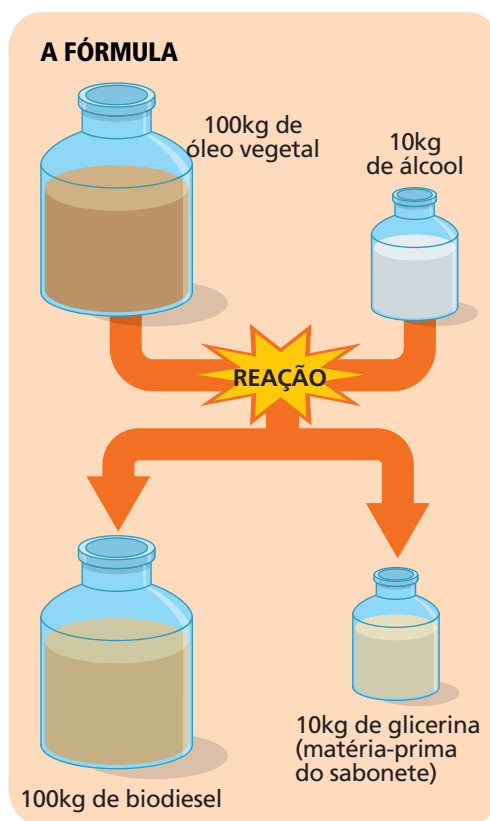
Surgimento do biodiesel

O biodiesel já vem sendo pesquisado e já é conhecido desde o início do século passado, principalmente na Europa. É interessante notar que, segundo registros históricos, o Dr. Rudolf Diesel desenvolveu o motor diesel, em 1895, tendo levado sua invenção à mostra mundial em Paris, em 1900, usando óleo de amendoim como combustível. Em 1911, teria afirmado que “o motor diesel pode ser alimentado com óleos vegetais e ajudará consideravelmente o desenvolvimento da agricultura dos países que o usarão”. O que estamos buscando fazer no Brasil é muito semelhante a isso, inicialmente com ênfase na agricultura familiar das regiões mais carentes, como o Nordeste, o Norte e o Semi-Árido brasileiro.

Experiência brasileira em biodiesel

O Brasil já foi detentor de uma patente para fabricação de biodiesel, registrada a partir de estudos, pesquisas e testes desenvolvidos na Universidade Federal do Ceará, nos anos de 1970. Essa patente acabou expirando, sem que o País adotasse o biodiesel, mas a experiência ficou e se consolidou

ao longo do tempo. Progressos crescentes vêm sendo feitos em diversas universidades, institutos de pesquisa de diversos Estados, havendo grande diversidade de tecnologias disponíveis no País. Existem também empresas que já produzem biodiesel para diversas finalidades. Pode-se dizer que o Brasil já dispõe de conhecimento tecnológico suficiente para iniciar e impulsionar a produção de biodiesel em escala comercial, embora deva continuar avançando nas pes-



quisas e testes sobre esse combustível de fontes renováveis, como aliás se deve avançar em todas as áreas tecnológicas, de forma a ampliar a competitividade do produto. Em resumo, é só usar e aperfeiçoar o que já temos.

Texto 18 / Desenvolvimento sustentável

Vantagens do biodiesel para o Brasil

Esse combustível renovável permite a economia de divisas com a importação de petróleo e óleo diesel e também reduz a poluição ambiental, além de gerar alternativas de empregos em áreas geográficas menos atraentes para outras atividades econômicas e, assim, promover a inclusão social. A disponibilização de energia elétrica para comunidades isoladas, hoje de elevado custo em função dos preços do diesel, também deve ser inserida como forma de inclusão, que permite outras, como a digital, o acesso a bens, serviços, informação, à cidadania e assim por diante. Há que se considerar ainda uma vantagem estratégica que a maioria

dos países importadores de petróleo vem inserindo em suas prioridades: trata-se da redução da dependência das importações de petróleo, a chamada “petrodependência”. Deve-se enfatizar também que a introdução do biodiesel aumentará a participação de fontes limpas e renováveis em nossa matriz energética, somando-se principalmente à hidroeletricidade e ao álcool e colocando o Brasil numa posição ainda mais privile-

giada nesse aspecto, no cenário internacional. A médio prazo, o biodiesel pode tornar-se importante fonte de divisas para o País, somando-se ao álcool.

Benefícios ambientais do biodiesel

Reduzir a poluição ambiental é hoje um objetivo mundial. Todo dia tomamos conhecimento de estudos e notícias indicando os males do efeito estufa. O uso de combustíveis de origem fóssil tem sido apontado como o principal responsável por isso. A Comunidade Europeia, os Estados Unidos, Argentina e diversos outros países vêm estimulando a substituição do petróleo por combustíveis de fontes renováveis, incluindo principalmente o biodiesel,

diante de sua expressiva capacidade de redução da emissão de diversos gases causadores do efeito estufa, a exemplo do gás carbônico e enxofre. Melhorar as condições ambientais, sobretudo nos grandes centros metropolitanos, também significa evitar gastos dos governos e dos cidadãos no combate aos males da poluição, estimados em cerca de R\$ 900 milhões anuais. Além disso, a produção de biodiesel possibilita pleitear financia-

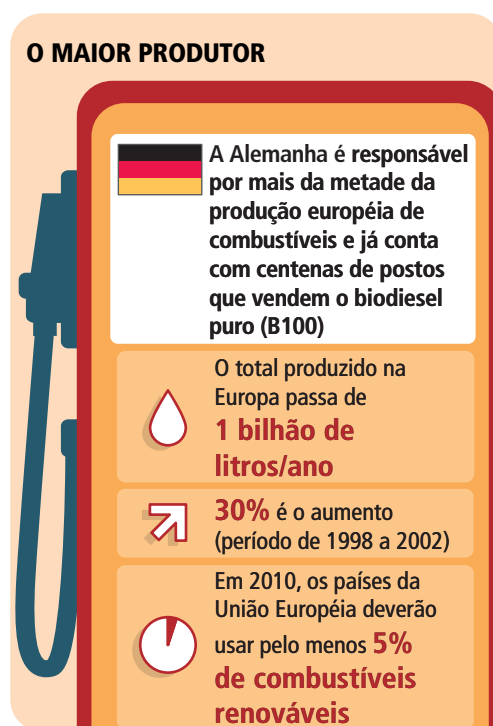


Foto: Epitácio Pessoa / AE



Aparelho biodigestor que filtra o óleo da mamona antes de transformá-lo em biodiesel na empresa em Campinas, interior de São Paulo

mentos internacionais em condições favorecidas, no mercado de créditos de carbono, sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Protocolo de Kyoto.

Matérias-primas brasileiras para produção de biodiesel

Empregar uma única matéria-prima para produzir biodiesel num país com a diversidade do Brasil seria um grande equívoco. Na Europa se usa predominantemente a colza, por falta de alternativas, embora se fabrique biodiesel também com óleos residuais de fritura e resíduos gordurosos. Em nosso caso temos dezenas de alternativas, como o demonstram experiências reali-

zadas em diversos estados com mamona, dendê, soja, girassol, pinhão manso, babaçu, amendoim, pequi, etc. Cada cultura desenvolve-se melhor dependendo das condições de solo, clima, altitude e assim por diante. A mamona é importante para o Semi-Árido, por se tratar de uma oleaginosa com alto teor de óleo, adaptada às condições vigentes naquela região e para cujo cultivo já se detêm conhecimentos agrônômicos suficientes. Além disso, o agricultor familiar nordestino já conhece a mamona. O dendê será, muito provavelmente, a principal matéria-prima na região Norte.

Às vezes se comenta que o Brasil não vai produzir biodiesel de soja, por exem-

Texto 18 / Desenvolvimento sustentável

plo. Na verdade, o objetivo do Governo Federal com o PNPB é promover a inclusão social e, nessa perspectiva, tudo indica que as melhores alternativas para viabilizar esse objetivo nas regiões mais carentes do País são a mamona, no Semi-Árido, e o dendê, na região Norte, produzidos pela agricultura familiar. Diante disso, será dado tratamento diferenciado a esses segmentos e os estados também deverão fazê-lo, não apenas na esfera do ICMS, mas de outras iniciativas e incentivos. Em Pernambuco, por exemplo, já se cogita criar um pólo rícnquímico na região do Araripe, mas há vários outros exemplos. Entretanto, uma vez lançadas as bases do PNPB, como se está fazendo agora, todas as matérias-primas e rotas tecnológicas são candidatas em potencial. Isso vai depender das decisões empresariais, do mercado e da rentabilidade das diferentes alternativas. Ao Governo não cabe fazer as escolhas, mas sim estimular as alternativas que mais contribuam para gerar empregos e renda, ou seja, promover a inclusão social. Mas não há dúvida de que a soja, tanto diretamente como mediante a utilização dos resíduos da fabricação de óleo e torta, será uma alternativa importante para a produção de biodiesel no Brasil, sobretudo nas regiões com maior aptidão para o desenvolvimento dessa cultura.

Tecnologias de Produção do Biodiesel

Existem processos alternativos para produção de biodiesel, tais como o craqueamento, a esterificação ou a transesterificação, que pode ser etílica, mediante o uso do álcool comum (etanol) ou metílica, com o emprego do metanol. Embora a transesterificação etílica deva ser o processo mais utilizado, em face da disponibilidade do álcool, ao Governo não cabe recomendar tecnologias ou rotas tecnológicas, como se diz tecnicamente, porque essas devem ser adaptadas a cada realidade. Diante de nossas dimensões continentais e diversidade, não precisamos e não devemos optar por uma única rota. O papel do Governo é o de estimular o desenvolvimento tecnológico na área do biodiesel, como já vem fazendo, por meio de convênios entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e fundações estaduais de amparo à pesquisa, para permitir que possamos produzir esse novo combustível a custos cada vez menores. É preciso estimular o que usualmente se chama de curva de aprendizado, permitindo que nosso biodiesel seja cada vez mais competitivo, como ocorreu com o álcool, por exemplo, e com inúmeros outros produtos.

Extraído do site www.biodiesel.gov.br/



COW PARADE



Esculturas de vacas de R\$ 35 mil são alvo de pichações

Mal foi aberta a exposição de rua da Cow Parade, consequência de protestos ocorridos no ano passado que reivindicavam recursos para artistas da cidade, e três vacas já foram alvos de pichações em BH. O evento continua a receber críticas pela forma de condução da exposição que depende de 35 mil reais para produção de cada Vaca, sendo necessário o patrocínio de empresas que muitas vezes se utilizam do artifício para criar “vacas outdoors”, que vinculam publicidade maquiada de “arte”.

A Vaca apelidada de “Cowburger”, patrocinada pelo Grupo Alimentar e Picanha Fine recebeu a frase “Seja Vegetariano” e riscos sobre os olhos. Não por coincidência, a vaca Cowburger, originalmente, é uma referência ao hambúrguer comercializado pelos próprios patrocinadores, que fizeram questão de aplicar um código de barras sobre o lombo da

escultura para batizá-la como um produto de propriedade registrado. Outras duas vacas, a Vaca Ouro, do Grupo Poro, patrocinada pela Belgo Bekaert Arames e a Vaca Mazoca, de um aluno da FUMEC, receberam respectivamente as pichações de “Compre minha dor” e “Coma Carne Fetish”.

Outro ponto crucial é o fato de que os maiores patrocinadores da Cow Parade são do ramo de laticínios e derivados. Em Belo Horizonte o patrocínio é da Itambé, empresa que utiliza o modo industrial de produção de leite, que causa grande sofrimento aos animais. O filme “A Carne é Fraca” se tornou popular por transparecer essa realidade velada da indústria. Hoje a mesma indústria se utiliza da “arte” para tornar ainda mais obscuro o dia-a-dia angustiante em que esses animais vivem.



Foto: Bianca Bueno

Extraído do site prod.midiaindependente.org/pt/blue/2006/07/358425.shtml

OLHOS GRANDES

Se toda a humanidade consumisse com a avidez americana, a Terra teria de ser duas vezes maior

A humanidade caminha para um beco sem saída. Se o atual ritmo de exploração do planeta continuar, em um século não haverá fontes de água ou de energia, reservas de ar puro nem terras para agricultura em quantidade suficiente para a preservação da vida.

Hoje, mesmo com metade da humanidade situada abaixo da linha de pobreza, já se consome 20% a mais do que a Terra consegue renovar. Se a população do mundo passasse a consumir como os americanos, seriam necessários mais três planetas iguais a este para garantir produtos e serviços básicos como água, energia e alimentos para todo mundo.

Como, evidentemente, é impossível arranjar mais três Terras, nem os americanos poderão continuar com o mesmo modelo de consumo, nem a população mundial poderá adotá-lo. A única saída é todos adotarmos padrões de produção e de con-

sumo sustentáveis. Para os países ricos, isso significa, por exemplo, procurar fontes de energia menos poluidoras, diminuir a produção de lixo e reciclar o máximo possível, além de repensar sobre quais produtos e bens são realmente necessários para alcançar o bem-estar. Aos países em desenvolvimento, que têm todo o direito a crescer economicamente, cabe o desafio de não repetir o modelo predatório e buscar alternativas para gerar riquezas sem destruir florestas ou contaminar fontes de água.

Nesse processo, o consumidor consciente tem um papel fundamental. Nas suas escolhas cotidianas, seja na forma como consome recursos naturais, produtos e serviços, seja pela escolha das empresas das quais vai comprar em função de sua responsabilidade social, pode ajudar a construir uma sociedade mais sustentável e justa.

Extraído do site www.akatu.org.br

Foto: Sérgio Castro / AE



Alunos do colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, jogam garrafas plásticas no saco de coleta de reciclagem.

O MUNDO DO TRABALHO: CONTEXTO E SENTIDO

Uma visão sobre o que fez e o que faz o trabalhador brasileiro



Foto: Sebastião Salgado

Texto 21 / Organização da produção**O que é?**

A palavra *trabalho* deriva do latim *tripalium*, objeto de três paus aguçados utilizado na agricultura e também como instrumento de tortura. Mas ao trabalho associamos a transformação da natureza em produtos ou serviços, portanto em elementos de cultura. O trabalho é, desse modo, o esforço realizado, e também a capacidade de reflexão, criação e coordenação.

Ao longo da história, o trabalho assumiu múltiplas formas. Um importante pensador sobre esse assunto foi Karl Marx. Para esse autor, o trabalho, fruto da relação do homem com a natureza, e do homem com o próprio homem, é o que nos distingue dos animais e move a História.

Mas o trabalho no mundo capitalista assumiu uma forma muito específica: o emprego assalariado. Como isso acontece? Quais as consequências desse modelo?

Trabalho e salário

Nas sociedades européias, depois da Idade Média, a idéia do trabalho regular se impõe aos poucos. É o início do Capitalismo. Essa nova concepção vai além da atividade agrícola marcada pelos ciclos da natureza.

À medida que se aprofundam as relações típicas da sociedade capitalista, ocorre a valorização do capital, com a transformação de insumos em produtos, em mercadorias e em lucros.

Os donos do capital se apropriam dos meios de produção, o que significa que eles compram, com salários, a força de trabalho daqueles que passam a viver desse trabalho.

As longas jornadas são definidas pelo capital e perdem a relação natural com o movimento da Terra, com as estações do ano ou clima. O tempo pertence ao capital, que exige trabalho.

As pequenas oficinas onde se produziam os artefatos vão perdendo espaço para o surgimento das fábricas. As guildas ou as corporações de ofício, que reuniam mestres

e artesãos, começam a tomar a forma dos primeiros sindicatos. Mas o que é essa novidade chamada “fábrica”?

Fábrica é o lugar onde os trabalhadores eram reunidos para executar diferentes tarefas para produzir uma mercadoria. Das oficinas às fábricas chega-se à manufatura, e logo aos sistemas de máquinas, à automação, às grandes fábricas capazes de produzir algo complexo do seu início até a operação final sob o comando do capitalis-

“O aumento brutal da produção, o progressivo refinamento dessa produção, levaram a um limite: o mundo superdesenvolvido, que produz apenas para a parte da humanidade que pode consumir...”.

ta, representado pelo capataz ou feitor. É o longo processo da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVII

Ao surgimento da fábrica, corresponde o aparecimento dos sindicatos em defesa dos interesses da classe trabalhadora e em busca pela justiça na produção capitalista.

Trabalho e emprego

Para que os trabalhadores vendessem seu trabalho em troca de salário, foi preciso destruir formas autônomas de sobrevivência, criar leis que obrigassem pessoas livres a trabalhar, reprimir todos aqueles vistos pela elite dominante como vagabundos e indignos. Desse modo, o trabalho no mundo capitalista ganhou cada vez mais a forma de emprego assalariado e sua ausência recebeu o nome de desemprego.

As palavras emprego e desemprego só passam a ter existência no vocabulário europeu a partir do final do século XIX. Até então, aqueles que conseguiam prover a própria existência eram identificados como trabalhadores (no sentido genérico), ou como profissionais pertencentes a alguma “corporação” de ofício (com sua estrutura de mestres, oficiais e respectivos liceus de artes e ofícios). Já os que não alcançavam tal intento, necessitando de algum tipo de assistência ou perambulando pelas ruas em busca de alimento, eram rigorosamente identificados e tratados pelas leis da época como pobres, vagabundos, incapazes, inválidos ou vadios.

Pouco a pouco se separam dois grupos de pobres: de um lado, aqueles sem vínculos com o mundo do trabalho ou com vínculos esporádicos e intermitentes; ficavam à mercê da assistência social ou da caridade; de outro, os pobres trabalhadores regulares que podiam encontrar-se temporariamente sem trabalho. Identificados como desempregados, nesse caso, terão acesso aos direitos sociais – indenização, seguro-desemprego, assistência médica etc. – garantidos pelo Estado.

Produção e consumo

Se parte dos trabalhadores foi forçada a entrar na relação de trabalho assalariada, não foi sem resistência que os trabalhadores nela permaneceram. Assim, empresas e estados precisaram construir estratégias para controlar os trabalhadores e assegurar a produção e o consumo das mercadorias. De nada adiantaria produzir se não fosse possível vender, e nas primeiras décadas do século XX, constrói-se um modelo de organização do trabalho conhecido como taylorismo-fordismo.

Em primeiro lugar emerge o taylorismo: cada movimento do trabalhador será rigorosamente controlado por uma gerência que o vigia permanentemente. O fordismo acentua essas mudanças por meio da linha de montagem: a cada trabalhador caberia apenas uma tarefa, a ser executada em seu posto de trabalho, em um tempo

Texto 21 / Organização da produção

determinado, por exemplo, enquanto a esteira rolante passa. Não sem razão, o movimento operário vai posicionar-se fortemente contrário a essa intensa disciplina.

O fordismo está associado a uma nova dinâmica do modo capitalista: produção em quantidade, custos baixos, grandes fábricas que produzem tudo. Começam os tempos da produção e do consumo em massa. Tal dinâmica predominará no século XX, particularmente entre a Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1970, nos países desenvolvidos.

Grande parte desses países viverá um período marcado pelo crescimento econômico: emprego e direitos sociais garantidos aos trabalhadores, aumentando a renda e o consumo nas diversas classes sociais. Adolescentes e jovens pobres conseguem utilizar parte de sua renda para consumo próprio, contribuindo para a construção de mercado e cultura juvenis.

Alguns fatores – ampliação da escolaridade obrigatória para oito anos e novos padrões de comportamento, incluindo menor autoridade e controle paternos, além de maior disponibilidade de renda para consumo – foram fundamentais para que a categoria juventude ganhasse força, expandindo-se para além dos jovens estudantes das classes média e alta, bem como dos considerados “delinquentes”. Vários pesquisadores chamam atenção para o aparecimento dos grupos juvenis reunidos em

torno da diversão e do consumo, com estilos próprios de vestuário e comportamento, e também para manifestações juvenis contrárias à própria sociedade de consumo.

Crise no Trabalho

Parte considerável das mudanças no mundo do trabalho toma corpo a partir da segunda metade dos anos 1960. Elas estão relacionadas com a crise financeira norte-americana do período; a relativa saturação do mercado consumidor nos países centrais; a elevação dos preços do petróleo nos anos 1970; as lutas operárias contra o trabalho repetitivo das fábricas; o sucesso crescente da indústria japonesa na competição internacional.

Ao aprofundar-se a crítica ao padrão taylorista-fordista, novos modelos ganham espaço: por um lado, os grupos semi-autônomos adotados principalmente por fábricas suecas como a Volvo, daí o nome “volvoísmo”, por outro, o modelo da indústria japonesa, particularmente nas fábricas da Toyota (“modelo japonês” e “toyotismo”): equipes flexíveis e polivalentes.

Para quem está inserido no mundo do trabalho, algo mudou: a rotina das fábricas não é tão rígida; a chefia por vezes deixa a opressão ostensiva; o trabalho daqueles que lidam com a produção industrial é menos mecânico; o objeto e a ferramenta distanciam-se das mãos do trabalhador, que lida agora com o monitoramento de símbolos e

Foto: Sebastião Salgado



mensagens dos sistemas computadorizados; a disputa é mais intensa, a qualificação profissional surge como uma exigência maior e a educação formal transforma-se em critério de seleção.

O Brasil revela, no entanto, que essas mudanças não são uniformes. Hoje, convivemos com um trabalho que se aproxima da escravidão, e trabalho extremamente qualificado, entre os tempos de suor e graça e uma nova “era do conhecimento” que não chegou aos quatro cantos do planeta.

O emprego estável, o vínculo duradouro, a carreira realizada em um percurso de um ou de poucos empregos, parece inexistir para a maior parte da população. A identidade com o empregador e com a própria profissão parecem situações de

uma época que já se foi. O desemprego atinge patamares elevadíssimos em todo o mundo, que parecem não ceder. As diferentes situações convivem conjuntamente, ou seja, uma minoria com emprego estável e direitos garantidos, muitos desempregados e outros que vão em busca de alternativas.

O trabalho passa a ser criação própria para alguns (auto-emprego, cooperativas), ou retoma sua condição de “fora-da-lei”, com oficinas clandestinas, profusão de produtos denominados “piratas”, ou imensa rede de atividades ilegais como opção de acesso a alguma renda. É a paradoxal economia “informal” que movimenta cifras grandiosas, ocupa milhões de trabalhadores expulsos da agricultura e da indústria. Como é possível falar de trabalho assalariado no país em que

Texto 21 / Organização da produção

a escravidão foi a forma de trabalho dominante até o final do século XIX?

A rigor, no Brasil, a relação assalariada não se generaliza como nos países centrais. O período pós-abolição da escravidão é marcado pela política de ampla imigração de trabalhadores que fugiam da crise em seus países de origem: italianos, espanhóis, japoneses, alemães e tantos outros, para o labor das fazendas, incipientes oficinas e fábricas, ou ainda para os serviços na cidade.

Com os imigrantes surgem as primeiras sociedades de socorro mútuo de trabalhadores, os primeiros sindicatos e confederações, as primeiras greves gerais, de 1907 e 1917. A crise social que se desenrola ao longo das três primeiras décadas do século XX é decorrente de diferentes modelos econômicos pretendidos, a vocação agrícola contra o sonho industrial.

Desenvolvimento da indústria no Brasil

A chegada de Getúlio Vargas ao poder executivo significa uma ruptura com o período precedente: apesar das condições de tutela impostas à organização sindical, entre as décadas de 1930 e 1940, contraditoriamente, o país passa a contar com uma legislação trabalhista – parte dela ainda hoje em vigor na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Começava a era do emprego formal, da carteira de trabalho assinada e da previdência social, incorporando

massas de trabalhadores integradas ao processo de industrialização, que ganha impulso após a Segunda Guerra Mundial.

Dos anos 1940 aos anos 1980, o Brasil cresce intensamente, e as migrações, agora internas, suprem a necessidade de trabalhadores de uma indústria que não pára de se expandir. É o momento das grandes siderúrgicas, da indústria automobilística, da petroquímica e dos mais diversos setores produtivos que substituem a incipiente base fabril do início do século XX (produtos têxteis ou bens de consumo).

Distribuição de renda e crise

O perfil e a trajetória histórica da distribuição de renda no Brasil certamente limitam a capacidade de consumo, e, por conseguinte, a aquisição de bens e serviços pelo cidadão comum. Embora apresente uma das maiores populações do planeta, a renda vergonhosamente concentrada é uma imensa barreira ao crescimento econômico, por causa da reduzida demanda familiar. Se o trabalho caracterizado pelo emprego formal era fonte de direitos e caminho seguro de acesso à renda e, portanto, ao consumo, os “bicos” ou o não-trabalho associados ao desemprego são portas fechadas nesse caminho.

No final do século XX, despreparado, o país abre as portas e é inundado pelas importações. Somem-se a isso a crise fiscal do Estado, incapaz de sustentar investimentos com a subtração dos juros da dívi-

Foto: Sebastião Salgado



da, e a reestruturação das empresas em busca de novas condições para competir. O resultado é o desaparecimento de milhões de empregos na economia brasileira, especialmente na indústria. A sensação predominante é de insegurança.

A carteira de trabalho assinada passa a ser um sonho, objeto de desejo e de veneração. Agora, é o chamado mercado informal que dá as cartas, um trabalho incerto e inseguro, literalmente temporário. Não é ainda o fim dos empregos, mas é o tempo do desemprego como epidemia social e econômica.

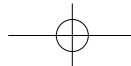
Esse desemprego não atinge igualmente a todos os indivíduos. Ele toca, principalmente, as mulheres, os afrodescendentes, os jovens. Ao longo dos anos 1990, os jovens passam a encontrar cada vez mais dificuldades para ingressar e permanecer

no mercado de trabalho: houve diminuição do número de jovens ocupados e da sua participação na população ocupada.

Para além dos números, o desemprego juvenil provoca outros debates. Algumas pesquisas tornam evidente que o trabalho dos jovens (sobretudo das mulheres) é fundamental para a construção da autonomia e da condição juvenil; a possibilidade de consumo é um meio de construção das identidades. Mas nos tempos bicudos do desemprego começa-se a questionar se os jovens não deveriam apenas estudar. Mas muitos jovens, mesmo os mais pobres, começam a reclamar pelo direito à escolha, pelo direito à educação e também ao trabalho.

Extraído do site www.educarede.org.br

Texto original: Maria Carla Corrochano e Luís Paulo Bresciani

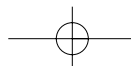


TEXTO 22

Serviços públicos



*Serviço Público é aquele
que é instituído, mantido e
executado pelo Estado, com
o objetivo de atender aos seus
próprios interesses e de satisfazer
às necessidades coletivas*



A Concessão Pública é contrato bilateral onde os contratantes assumem obrigações recíprocas e que não podem as partes, impunemente, deixar de cumprir. A Concessão quase sempre é outorgada com privilégio de exploração de monopólio e nesta hipótese, principalmente, deve ser examinado com cuidado o cumprimento das obrigações e o respeito às tarifas.

Água

No caso da água, o poder concedente é o município, mas as tarifas são fixadas pelo concessionário, que se submete apenas ao poder público estadual, que é o seu acionista majoritário.

A tarifa de água não é fixada em razão do seu custo em cada um dos municípios, mas, diferentemente, é fixada em razão dos interesses políticos regionais ou simplesmente com base na capacidade econômico financeira de determinadas regiões.

É notório que em algumas comunidades as tarifas não remuneram o verdadeiro custo da água, mas é também notório que em algumas comunidades a tarifa é extraordinariamente elevada para compensar o déficit de algumas regiões.

Poderíamos até imaginar que seria justo que alguns consumidores mais ricos pagassem mais para que outros, mais pobres, pagassem menos. Mas não é este

modelo correto da distribuição da renda, pois os nivelamentos não são em relação aos consumidores, pobres ou ricos, mas em razão da renda regional, que não exclui a existência de consumidores muito pobres em comunidades ricas e consumidores ricos em comunidades pobres.

E mais, nas relações de consumo, o correto é que se pague o justo valor pelo produto que consome e não o valor ideal mensurado por interesses políticos, pela estatística ou pelos números da economia.

Os investimentos e a cobertura do déficit regional não são obrigações do consumidor de serviços públicos essenciais, e sim responsabilidade governamental amparada pelas dotações orçamentárias.

As tarifas de esgotos são cobradas do consumidor sem que efetivamente sejam prestadas. É que a concessionária apenas coleta o esgoto, sem efetivamente tratá-lo para manter o equilíbrio do meio ambiente. Entretanto, a tarifa de esgotos chega a custar ao consumidor um valor equivalente a 100% do valor da água consumida.

Ainda assim, em muitos casos o esgoto coletado em um determinado local é canalizado para os rios, já mortos, poluindo e levando doenças a milhares de pessoas esquecidas de que pagaram caro para o tratamento do esgoto, mas têm de suportá-lo como castigo por ter sua cidadania ignorada.

Ora, o certo é que o consumidor de serviços públicos no Brasil ainda tem muito

Texto 22 / Serviços públicos

que aprender e exigir; somente depois desse avanço e da consciência cidadã é que poderemos avaliar a perfeição e eficiência dos concessionários e a responsabilidade e capacidade dos dirigentes dos poderes concedentes.

 Energia Elétrica

O fornecimento de energia elétrica no Brasil não é diferente do setor de água e esgotos ou de telefonia. Embora tenhamos o privilégio de ter uma das melhores companhias de eletricidade do Brasil, não podemos desconhecer que os seus vícios são muitos, e o maior pecado é a ausência de organismos que acompanhem e fiscalizem a qualidade e regularidade da energia bem como a justa tarifa.

As oscilações de tensão são fatores determinantes na duração e conservação dos nossos equipamentos e instalações elétricas e dos eletrodomésticos.

Não se pode aceitar ainda o silêncio das concessionárias de energia elétrica quando é sabido que os industriais e os distribuidores deixam de fornecer no mercado lâmpadas incandescentes próprias e recomendadas para a tensão nominal da energia distribuída, quando é lógico, há ônus para o consumidor em razão da durabilidade das lâmpadas e com relação ao consumo de energia.

Na verdade, as concessionárias pedem redução no consumo de energia em deter-

minados momentos de alta demanda, mas se calam quando o aumento de consumo se projeta para a maioria do tempo quando há abundância de energia.

 Telecomunicações

Seria ótimo para o consumidor saber que o sistema de telecomunicações cresceu mais que qualquer outro segmento empresarial no Brasil, que é uma das atividades mais rentáveis do mundo e que caminhamos para um processo de privatização que já é, de longe, o mais disputado do planeta.

Mas a vontade de fazer crescer este segmento de forma desenfreada, sem respeito ao assinante e em absoluto alheamento ao cidadão, criou-se uma série de “pseudo” serviços, meros apelos sexuais, absolutamente imorais, destinados principalmente aos menores e aos serviçais, que onerariam a conta do assinante sem que este pudesse ter conhecimento do seu prejuízo.

Isso tudo à revelia da lei e dos assinantes, como justificativa apenas a ambição pelos lucros políticos e a voracidade pelos lucros financeiros.

Enfim, o assinante que nada sabe, descobre que a concessionária dos serviços de telecomunicações assinou um contrato com terceiros, comprometendo-se a chantagear o assinante com a cobrança de dívidas de terceiros nas contas de serviços telefônicos.



Foto: Jonne Roriz/AE



Terezinha, 51, anda 3 quadras com o balde para pegar água limpa, na vila Ecológica em Porto Alegre, RS.

E isso sem que o consumidor autorizasse formalmente.

Enquanto isso, a televisão e demais veículos de comunicação despejam uma campanha publicitária dirigida exatamente aos não-assinantes de linhas telefônicas, estimulando-os a contrair dívida em nome do titular.

É uma aberração que não tem precedentes na história e que, espera-se, a justiça venha corrigir de forma exemplar, até como forma de desestimular a exploração

animalesca do sexo dirigido a menores e a doentes mentais.

Enfim, o que a sociedade espera dos serviços públicos e dos concessionários é que finalmente se descubra que os serviços públicos se destinam ao cidadão e nunca contra o cidadão.

Extraído do site www.consumidorbrasil.com.br

A GIGANTE SE ACOMODA ÀS LEIS

Marcada nos últimos anos por poluir o ambiente, a Petrobras, uma das maiores empresas estatais brasileiras, deu o exemplo de como se pode reverter uma situação perversa e tornar-se socialmente responsável.



Na foto, Usina Santa Cruz, em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense.

Sabendo que a Usina Santa Cruz, em Campos dos Goytacazes, no litoral norte do Rio de Janeiro, um dos seus fornecedores de álcool, foi autuada por manter trabalhadores em situação de trabalho escravo, a Petrobras decidiu suspender a compra do combustível.

A decisão foi tomada depois que a Santa Cruz começou a ser investigada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal por remunerar seus empregados com valores abaixo do salário mínimo e “presos” a dívidas com aluguel e alimentação.

Foto: Fábio Motta / AE

A iniciativa da Petrobras, de usar sua influência para dar um sinal de alerta a toda cadeia produtiva do álcool, integra as práticas de boa gestão alinhadas com o ideal da responsabilidade social. O raciocínio é simples: o combustível produzido pela usina Santa Cruz pode até ser mais barato, mas deve ser recusado, pois a empresa não respeita direitos humanos e trabalhistas.

Análise de cadeias produtivas

Não se deve confundir, porém, iniciativas como a da Petrobras com ações filantrópicas e patrocínios oriundos de departamentos de marketing, cujo único objetivo é valorizar a imagem da companhia. “O que não faltam são empresas fazendo marketing social e, ao mesmo tempo, reprimindo seus trabalhadores quando eles pedem aumento de salários”, diz Juan Trimboli, diretor da Consumers International, uma das maiores organizações internacionais de defesa dos direitos dos consumidores.

O Instituto de Defesa do Consumidor, Idec, quis, em 2006, fazer um trabalho com a cadeia produtiva de achocolatados e margarinas com as empresas Unilever, Nestlé, Pepsico e Novartis, Bunge, Sadia e Vigor e inicialmente mandaram um questionário e pediram relatórios.

De todas essas empresas, apenas a Unilever entregou as respostas no prazo. Sadia e Novartis apenas enviaram relatórios e

balanços com parte das informações solicitadas. A Nestlé não enviou nada, a assessoria da Vigor disse que a companhia não participaria, a Bunge nem sequer respondeu ao contato, e a Pepsico, que produz o achocolatado Toddy, fez uma ameaça: responsabilizaria o Idec por quaisquer danos à imagem da empresa.

Quanto às respostas da Unilever, os técnicos do Idec chegaram à nota 69,27 (entre 0 e 100) para as iniciativas da empresa. Constataram que ela trabalha bem na comunicação e na elaboração de políticas responsáveis, mas o resultado prático poderia ser melhor.

Um dos projetos considerados como bem-sucedidos foi o combate ao trabalho infantil nos municípios goianos de Silvânia e Itaberaí. Sabendo que os fornecedores de tomate estavam usando crianças na mão-de-obra, funcionários da empresa se articularam com as prefeituras desse município e com os conselhos tutelares e descobriram que havia muitas crianças sem escola. A solução foi construir uma escola e uma creche, financiadas com recursos de incentivo fiscal.

Extraído do site www.reporterbrasil.org.br

Expediente

Comitê Gestor do Projeto

Timothy Denis Ireland (Secad – Diretor do Departamento da EJA)
Cláudia Veloso Torres Guimarães (Secad – Coordenadora Geral da EJA)
Francisco José Carvalho Mazzeu (Unitrabalho) – UNESP/Unitrabalho
Diogo Joel Demarco (Unitrabalho)

Coordenação do Projeto

Francisco José Carvalho Mazzeu (Coordenador Geral)
Diogo Joel Demarco (Coordenador Executivo)
Luna Kalil (Coordenadora de Produção)

Equipe de Apoio Técnico

Adan Luca Parisi
Adriana Cristina Schwengber
Andreas Santos de Almeida
Jacqueline Brizida
Kelly Markovic
Solange de Oliveira

Equipe Pedagógica

Cleide Lourdes da Silva Araújo
Douglas Aparecido de Campos
Eunice Rittmeister
Francisco José Carvalho Mazzeu
Maria Aparecida Mello

Equipe de Consultores

Ana Maria Roman – SP
Antonia Terra de Calazans Fernandes – PUC-SP
Armando Lírio de Souza – UFPA – PA
Célia Regina Pereira do Nascimento – Unicamp – SP
Eloisa Helena Santos – UFMG – MG
Eugenio Maria de França Ramos – UNESP Rio Claro – SP
Giuliete Aymard Ramos Siqueira – SP
Lia Vargas Tiriba – UFF – RJ
Lucillo de Souza Junior – UFES – ES
Luiz Antônio Ferreira – PUC-SP
Maria Aparecida de Mello – UFSCar – SP
Maria Conceição Almeida Vasconcelos – UFS – SP
Maria Márcia Murta – UNB – DF
Maria Nezilda Culti – UEM – PR
Ocsana Sonia Danylyk – UPF – RS
Osmar Sá Pontes Júnior – UFC – CE
Ricardo Alvarez – Fundação Santo André – SP
Rita de Cássia Pacheco Gonçalves – UDESC – SC
Selva Guimarães Fonseca – UFU – MG
Vera Cecília Achatkin – PUC-SP

Equipe editorial

Preparação, edição e adaptação de texto:
Editora Página Viva

Revisão:
Ivana Alves Costa, Marilu Tassetto,
Mônica Rodrigues de Lima,
Sandra Regina de Souza e Solange Scattolini

Edição de arte, diagramação e projeto gráfico:
A+ Desenho Gráfico e Comunicação

Pesquisa iconográfica e direitos autorais:
Companhia da Memória

Fotografias não creditadas:
iStockphoto.com

Apoio

Editora Casa Amarela

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro. SP, Brasil)

Qualidade de vida, consumo e trabalho /
[coordenação do projeto Francisco José Carvalho Mazzeu,
Diogo Joel Demarco, Luna Kalil]. -- São Paulo : Unitrabalho-
Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o
Trabalho ; Brasília, DF : Ministério da Educação. SECAD-
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e
Diversidade, 2007. -- (Coleção Cadernos de EJA)

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 85-296-0062-2 (Unitrabalho)

ISBN 978-85-296-0062-8 (Unitrabalho)

1. Consumo (Economia) 2. Livros-texto
(Ensino Fundamental) 3. Qualidade de vida 4. Trabalho
I. Mazzeu, Francisco José Carvalho. II. Demarco, Diogo Joel.
III. Kalil, Luna. IV. Série.

07-0402

CDD-372.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino integrado : Livros-texto :
Ensino fundamental 372.19